



LEI Nº 456 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023

Institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e no âmbito do Município de Aldeias Altas – MA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALDEIAS ALTAS NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e o chefe do Poder Executivo Municipal sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e

Seção I

Da Definição da NFS-e

Art. 1º - Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica no Município de Aldeias Altas - MA, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

Parágrafo único. Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio do Município de Aldeias Altas -MA, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica que deverá ser garantida por assinatura digital do ambiente e autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças antes da ocorrência do fato gerador.

Seção II

SECRE

Dos contribuintes Obrigados

Art. 2º - A utilização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e será obrigatória para os contribuintes abaixo discriminados:

I - todas as empresas prestadoras de serviços localizadas no Município, que iniciem suas atividades a partir da entrada em vigor da presente lei;

II - os prestadores de serviços já estabelecidos no Município deverão cadastrar-se no prazo estabelecido em Decreto;

III - os profissionais autônomos e as sociedades uniprofissionais, estabelecidos no Município,



a partir da entrada em vigor da presente lei, assim como os que vierem a se localizar no território municipal.

Art. 3º - Caberá ao Executivo regulamentar, através de Decreto, a emissão da NFS-e, definindo, em especial, os contribuintes sujeitos à sua utilização, independente de gozar de imunidade, isenção, ou qualquer outro tratamento diferenciado.

Parágrafo único. Os contribuintes, não obrigados, que optarem espontaneamente pela emissão da NFS-e, ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

CAPÍTULO II

DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e

Seção I

Do Acesso pelo Contribuinte

Art. 4º - O acesso ao sistema da NFS-e, que conterà dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança ou com Certificado Digital por entidade credenciada pela infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 5º - As pessoas obrigadas e as facultadas, para obter acesso ao sistema de que trata essa Lei, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no portal oficial do município, seguindo as orientações passo a passo disponíveis no site.

Art. 6º - Após o cadastramento, tratado no artigo anterior, o interessado deverá preencher o formulário “SOLICITAÇÃO DE ACESSO” e apresentá-lo à Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 7º- Após a solicitação de acesso, na conformidade do artigo 4º desta Lei, e, comprovação pela Secretaria de Administração e Finanças da regularidade das informações, proceder-se-á ao desbloqueio do acesso em seguida, será encaminhado, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§ 1º No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será notificada, via correio eletrônico (e-mail) informado no cadastramento, para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente



rejeitada, caso em que o interessado deverá novo cadastramento.

§ 3º Os interessados poderão utilizar o endereço eletrônico disponibilizado no portal oficial do município, para dirimir eventuais dúvidas relativas à NFS-e.

Art. 8º - A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 9º - Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada prestador de serviço, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas CPF junto ao Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica será concedida ao representante legal indicado no formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO", e conterà as seguintes funções:

I- habilitar ou desabilitar usuários de sistema da NFS-e;

II- gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outras funcionalidades no sistema.

Art. 10º - A pessoa física ou jurídica detidora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da NFS-e, bem como pelo usuários habilitados ou vinculados que atuem em seu nome.

Seção II

Do Acesso pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Art. 11º - O acesso ao sistema da NFS-e que conterà dados fiscais de interesse da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 12º - A senha de acesso prevista no artigo anterior será outorgada ao Secretário Municipal de Finanças ou a quem o Prefeito Municipal delegar, para as seguintes funções.

I- habilitar e desabilitar usuários;

II- criar ou modificar perfis de utilização do sistema;

III- incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Art. 13º - Aos funcionários da Secretaria Municipal de Administração e Finanças será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.



CAPÍTULO III

DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Art. 14º - A NFS-e deve conter as seguintes indicações:

- I- número sequencial;
 - II- código de verificação de autenticidade;
 - III- data e hora da emissão;
 - IV- identificação do prestador de serviços, com:
 - a) nome ou razão social;
 - b) endereço;
 - c) "e-mail";
 - d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica- CNPJ;
 - e) inscrição no Cadastro Fiscal;
 - V- identificação do tomador de serviços, com:
 - a) nome ou razão social;
 - b) endereço;
 - c) "e-mail";
 - d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
 - VI- discriminação do serviço;
 - VII- valor total da NFS-e;
 - VIII- valor da dedução na base de cálculo se houver e na forma prevista na legislação municipal;
 - IX- valor da base de cálculo;
 - X- código do serviço- enquadramento do serviço prestado na lista de serviços constante na Lei Municipal nº 162/2001;
 - XI- alíquota e valor do ISS;
 - XII- indicação no corpo da NFS-e de:
 - a) isenção ou imunidade relativa ao ISS, quando for o caso;
 - b) serviço não tributável pelo município de Aldeias Altas/MA será em conformidade com a Lei Complementar Federal e Lei Municipal.
 - c) retenção de ISS na fonte;
 - d) empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional";
 - e) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;
 - f) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISS, número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido, nos casos de sua substituição.
- § 1º A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Prefeitura Municipal de Aldeias Altas/MA", "Secretaria Municipal de Administração e Finanças" e "Nota Fiscal Eletrônica de



Serviços - NFS-e".

§ 2º O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º A NFS-e deverá ser assinada pelo emitente, através de senha de segurança ou com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela infra-estrutura de chaves públicas Brasileiras ICP Brasil (certificado digital), contendo o CNPJ do estabelecimento do emitente e CPF do responsável.

Art. 15º - A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no portal oficial do município, somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Aldeias Altas/MA, mediante a liberação de Senha de Segurança.

§ 1º A NFS-e será enviada por correio eletrônico ("e-mail") ao tomador de serviços.

§ 2º Os tomadores de serviços devem confirmar a autenticidade da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e no endereço eletrônico do portal oficial do município, podendo, em caso de falsidades ou inexatidões, ser corresponsáveis pelo crédito tributário nos termos da Lei.

Art. 16º - O Município disponibilizará aplicativo que permite a integração dos sistemas dos usuários (conexão) com o sistema da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços- NFS-e, no endereço eletrônico no portal oficial do município, com as seguintes funcionalidades:

I- configuração do perfil do contribuinte;

II- emissão, impressão, reimpressão, cancelamento de NFS-e, carta de correção eletrônica- CC-e;

III- consulta de NFS-e;

IV- emissão de Recibo Provisório de Serviços - RPS;

V- geração automática da guia de recolhimento do ISS, inclusive ISS Retido referente às NFS-e recebidas;

VI- registro automático das retenções obrigatórias dos responsáveis tributários;

VII- acompanhamento das guias emitidas;

VIII- verificação de autenticidade de NFS-e.

Seção I

Da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e por Pessoa Física

Art. 17º - E facultada às pessoas físicas já inscritas no Cadastro Fiscal Municipal, solicitar a geração e a impressão avulsa da NFS-e.

Art. 18º - A NFS-e na forma do artigo anterior será gerada por intermédio da senha específica do funcionário da Secretaria Municipal de Administração e Finanças destacado para este fim.



Seção II

Da Obrigatoriedade e da Dispensa na Emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFS-e.

Art. 19º - São obrigados à emissão da NFS-e, os prestadores de serviços inscritos no Cadastro Fiscal ou Atividade Econômica no território do município, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, a partir de data a ser estabelecida por Decreto. § 1º - Os contribuintes que não tiverem emitido NFS-e no período de apuração do imposto (mensal), inclusive os Substitutos e os Responsáveis Tributários, deverão realizar a Declaração de Não Movimentação da referida competência, no Sistema da Declaração Eletrônica de Serviços "Livro Eletrônico", no portal oficial do município, nos termos regulamentados por Decreto Executivo Municipal.

§ 2º - Ficam dispensados da obrigatoriedade de emissão da NFS-e:

I - bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil -BACEN;

II - contribuintes com cadastro fiscal de profissionais autônomos ou sociedades profissionais que tenham o recolhimento do ISSQN através de Tributação Fixa (ISS-Fixo).

III - contribuintes pessoas jurídicas optantes pelo Regime Tributário ao Simples Nacional qualificados com Microempreendedor Individual- MEI, quando prestarem serviços para pessoas físicas;

IV - serviços registrais e notariais.

Seção III

Do Cancelamento da NFS-e

Art. 20º - A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("online"), no portal oficial do município, na rede mundial de computadores (Internet), antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§ 1º - Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§ 2º - Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação de documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação.

§ 3º - O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 21º - Não se admite cancelamento da NFS-e em razão de não recebimento de preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço.



Seção IV

Da Carta de Correção Eletrônica - CC-e

Art. 22º - Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da "Carta de Correção", sem implicar no cancelamento da NFS-e.

§1º - É permitida a utilização da carta de correção para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§2º - Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo a base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§3º - A Carta de Correção Eletrônica - CC-e deverá ser assinada digitalmente pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras- ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ ou CPF, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§4º - Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§5º - Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

CAPITULO IV

DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO - RPS

Seção I

Da Definição de RPS e sua utilização

Art. 23º - Por decorrência da prestação do serviço, o prestador emitirá Recibo Provisório de Serviços- RPS, documento auxiliar da NFS-e.

§ 1º Entende-se por Recibo Provisório de Serviços- RPS, o documento fiscal, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a comprovar geração regular da NFS-e, e **NÃO TEM VALIDADE COMO DOCUMENTO FISCAL**, o qual deve conter:

I - identificação do prestador dos serviços;

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro fiscal municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail);

II- identificação do tomador dos serviços;

- a) nome ou razão social;
- b) endereço
- c) numero do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro fiscal municipal;



e) correio eletrônico (e-mail);

III- numeração sequencial de acordo com a NFS-e;

IV- a descrição:

a) dos serviços prestados;

b) preço do serviço

c) enquadramento do serviço executado na lista de serviços (subitem)

d) alíquota aplicável

e) valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte .

V- inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: Recibo Provisórios Serviços – RPS, documentos auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica- NFS-e”.

§2º Todas as informações descritas no §1º, deste artigo, deverão constar no RPS, à exceção de alínea “e” do inciso II, o qual é facultado.

Art. 24º - O RPS será confeccionado a partir da Autorização de Impressão de Documento Fiscal- AIDE, devendo conter todos os dados referentes à NFS-e.

§1º - O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços.

§2º - O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

§3º - A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01 aqueles que iniciam atividade no Município, após a implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.

§4º - Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS deverá manter a sequência numérica do último documento fiscal emitido.

§5º - As notas fiscais convencionais já confeccionadas poderão ser utilizadas até o término dos blocos impressos ou inutilizadas pela unidade competente da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a critério do contribuinte.

§6º - Havendo indício, suspeita ou prova fundada de que a emissão do RPS esteja impossibilitando a perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido, o fisco municipal poderá requerer documentos contábeis e/ou fiscais para apuração do tributo devido.

CAPÍTULO V DO NÃO RECOLHIMENTO DO ISS

Art. 25º - A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços- ISS incidente na operação, ficando a falta ou recolhimento parcial, sujeito à cobrança administrativa ou judicial.

Parágrafo único. Sobre a parte não recolhida do ISSON no prazo legal incidirão os devidos acréscimos, correção monetária, juros e multa.



CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

Art. 26º - Nas infrações relativas a NFS-e, aplicar-se-á multa no valor igual:

- I - R\$ 12,00 (doze reais) para cada NFS-e não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração;
- II- R\$ 32,00 (trinta e dois reais) para cada emissão indevida de NES e tributáveis como isentos, imunes, ou não tributáveis;
- III- R\$ 32,00 (trinta e dois reais) para cada NFS-e Municipal indevidamente cancelada;
- IV- R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por competência mensal, pela falta da Declaração de Movimentação ou Não, no Sistema da “Declaração Eletrônica de Serviços – Livro Eletrônico”, dos serviços tomado ou prestado;
- V- R\$ 32,00 (trinta e dois reais) por descumprimento de obrigação acessória relacionada à NFS-e que não possua penalidade específica.

Art. 27º - Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, poderá configurar crime de estelionato e outras fraudes, a critério da autoridade competente, a ser comunicada pelo Município, bem como, de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de NFS-e, tendente a acobertar operações de prestações de serviços inexistentes, com o objetivo de:

- I- aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;
 - II- registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.
- Parágrafo único. A infração ao presente artigo será punida com multa igual a R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28º - Para efeito desta Lei, entende-se por processo contencioso todo aquele instaurado via protocolo na Secretaria Municipal de Administração e Finanças pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Art. 29º - A partir da vigência desta Lei, tornam-se sem efeito todos os regimes especiais concedidos anteriormente, ressalvadas os os previstos nesta lei.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, atendendo às peculiaridades da atividade exercida pelo contribuinte e os interesses do Município, poderá autorizar ou dispensar regime especial de emissão da NES-c.

Art. 30º - No ato da homologação do requerimento de senha para uso do sistema eletrônico da NFS-e, fica a Autoridade Fiscal obrigada a inserir de ofício no Cadastro Fiscal Municipal, todas



as informações incompletas, ressalvadas aquelas que dependam de expressa licença administrativa, tais como:

- I- mudança de endereço; e
- II- mudança de ramo de atividade.

Art. 31º - A data inicial para a utilização obrigatória do sistema da NFSe e os contribuintes sujeitos à sua utilização, por atividade, serão definidos em Decreto.

Art. 32º - Fica estabelecido um período de transição, até a data de 120 (cento e vinte dias), para os contribuintes utilizarem o sistema, sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas no Capítulo VI, desta Lei.

Parágrafo único. As irregularidades cometidas no decurso do período de transição deverão ser corrigidas pelo contribuinte em até 90 (noventa) dias após a data de sua ocorrência, sob pena de se sujeitarem as sanções previstas no Capítulo VI, desta Lei.

Art. 33º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do primeiro dia útil do exercício subsequente.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALDEIAS ALTAS, ESTADO DO MARANHÃO, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

KEDSON ARAÚJO LIMA
PREFEITO MUNICIPAL DE ALDEIAS ALTAS - MA

ALDEIAS ALTAS